



urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana

ISSN: 2175-3369

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Farias, Carine Lavrador de; Magalhães, Amanda Ribeiro;
Reginensi, Caterine; Zambrano, Letícia Maria de Araújo
De Campos dos Goytacazes/RJ a Juiz de Fora/MG: as experiências
compartilhadas na cidade através do método dos itinerários
urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol. 15, e20220234, 2023
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220234>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193174205047>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



Revista Brasileira de Gestão Urbana

scielo.br/urbe



De Campos dos Goytacazes/RJ a Juiz de Fora/MG: as experiências compartilhadas na cidade através do método dos itinerários

From Campos dos Goytacazes/RJ to Juiz de Fora/MG: the shared experiences in the city through the itinerary method

Carine Lavrador de Farias^[a] 

Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

^[a] Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC)

Amanda Ribeiro Magalhães^[b] 

São Paulo, SP, Brasil

^[b] Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)

Caterine Reginensi^[c] 

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^[c] Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), (LEEA/CCH)

Letícia Maria de Araújo Zambrano^[d] 

Juiz de Fora, MG, Brasil

^[d] Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)

CLF é Professora de Sociologia, Mestre e Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e-mail: carine.farias@hotmail.com

ARM é Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, e-mail: amandamagalhaes@usp.br

CR é Professora Titular, Doutora em Sociologia Paris 8, Livre Docência em Antropologia urbana, Universidade de Toulouse, França, e-mail: creginensi@gmail.com

LMAZ é Professora Associada 3, Mestre e Doutora em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ProArq-UFRJ), e-mail: zambranoleticia@gmail.com

Como citar: Farias, C. L., Magalhães, A. R., Reginensi, C., & Zambrano, L. M. A. (2023). De Campos dos Goytacazes/RJ a Juiz de Fora/MG: as experiências compartilhadas na cidade através do método dos itinerários. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 15, e20220234. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220234>

Resumo

Este artigo discute o acompanhamento etnográfico de sujeitos em duas cidades brasileiras de médio porte, Campos dos Goytacazes (RJ) e Juiz de Fora (MG), a partir da experiência do método dos itinerários. Trata-se de duas pesquisas que visam analisar as experiências na vida de sujeitos, jovens e mulheres, que participaram de programas governamentais — social e habitacional. Juntos, pesquisador e sujeito, ao se apropriarem do método dos itinerários, criam uma condição de escuta e compartilhamento na vivência dos espaços urbanos. Nosso objetivo ao construir este artigo é refletir sobre programas sociais que visam a facilitação de acesso a direitos humanos. As experiências aqui relatadas nos permitem elucidar potencialidades e desafios para que estes programas possam realizar avanços concretos no direito à cidade, em sua acepção mais ampla.

Palavras-chave: Método dos Itinerários. Formas de inserção social. Programa “Jovens pela Paz”. Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Direito à cidade.

Abstract

This article tackles the ethnographic accompaniments of subjects in two medium-sized Brazilian cities, Campos dos Goytacazes (RJ) and Juiz de Fora (MG), based on the itinerary method's experience. This paper is comprised of two pieces of research, both aiming to analyze the experiences on subjects' lives, young people and women, from their participation in social and housing government programs. By utilizing the itinerary method, both researcher and subject create a condition of listening and sharing the living experience of urban spaces. Our objective in constructing this article is to reflect on social programs that aim to facilitate access to human rights. Such experiences allow us to reflect on potentialities and challenges so that these programs can make concrete advances in the right to the city, in its broadest sense.

Keywords: Itinerary method. Ways of social inclusion. “Jovens pela Paz” Program. “Minha Casa, Minha Vida” Program. Right to the city.

Introdução

Pesquisadoras de duas cidades brasileiras de médio porte, Campos dos Goytacazes (RJ) e Juiz de Fora (MG), utilizam um método etnográfico e experimental — o método dos itinerários — visando analisar a relação das pessoas com a cidade. Caminhar por ambas as cidades, com jovens envolvidos no projeto social “Jovens pela paz” (JPP) e mulheres moradoras de conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), permite compreender como se dão seus acessos às cidades e quais as barreiras invisíveis que se impõem a determinadas classes sociais. Acompanhar etnograficamente tais pessoas significa desvendar suas regiões morais, onde, através de um processo de segregação, se estabelecem “distâncias morais”, como um “mosaico de pequenos mundos” que os indivíduos perpassam e, ainda que sejam espacialmente contíguos, são socialmente muito distantes (Park, 1915 *apud* Eufrásio, 2013, pp. 54; Valladares, 2018).

A cidade, com seus elementos constituintes, se transforma conforme modifica a sociedade (Lefebvre, 2001). As relações entre as pessoas e os grupos, bem como destes últimos em seus vínculos imediatos e diretos com o espaço da cidade, configuram territórios de disputa, de apropriação e de transformação (*ibid.*, *passim*). Sendo a cidade este território desigual de disputas, interessa-nos colocar em questão como são as consequências vividas por determinados grupos sociais menos favorecidos que, a partir de um quadro de processos consolidados de segregação socioespacial, são alçados para outras realidades espaciais, por planos e programas sociais governamentais. O que muda em suas dinâmicas socioespaciais, nas relações comunitárias e com a cidade para estes jovens e mulheres a partir da sua vinculação aos programas de inserção social JPP e MCMV, respectivamente? Pretendemos compreender, para estes indivíduos, quais os efeitos que tais programas geram no habitar (a casa e a cidade) e em suas relações na comunidade, bem como na forma de experienciar e perpassar pelo mosaico de mundos contidos no espaço da cidade. Sendo as ações moldadas e modificadas a partir do ambiente, ao mesmo tempo em que este é também modificado a partir das ações humanas (Vogel & Mello, 2017), quais os novos sentidos, configurações socioespaciais e novos significados incorporados na vida destes indivíduos?

O método dos itinerários se constitui como um meio de capturar subjetividades presentes na relação dos indivíduos com a cidade a partir do compartilhamento das experiências cotidianas. Ele permite nomear e levar em conta realidades que, habitualmente, escapam da observação ou são eliminadas no estado da análise. Isto é, ele não é simplesmente uma ferramenta de verificação ou lugar de uma validação de hipóteses teóricas. Ele implica uma leitura da relação entre o objeto da pesquisa e o pesquisador, considerando, como elemento central, a subjetividade da situação de pesquisa e, além disso, a subjetividade de cada parceiro: entrevistador e o entrevistado (Petiteau & Pasquier, 2001).

Ambas as pesquisas, em seus recortes para análise, selecionaram um determinado programa governamental — social e/ou habitacional — e indivíduos atendidos em determinado contexto espaço-temporal. A intenção geral das políticas sociais é minimizar a situação desses sujeitos em vulnerabilidades, decorrente fundamentalmente do processo de exclusão social, que os leva, cada vez mais, para as regiões periféricas ou excluídas das cidades. Essas pessoas, em sua maioria negras e de baixa renda, são, por processos socioeconômicos, históricos, estruturais, levadas a ocupar as áreas menos valorizadas na cidade.

A primeira pesquisa foi dedicada aos jovens, moradores da cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, participantes do projeto social Jovens pela Paz, através do olhar de um grupo de jovens que habita

um lugar exposto a condições de vulnerabilidade. A pesquisadora investigou como a participação em tal projeto pode contribuir para a inserção destes indivíduos no bairro onde vivem, e como podem mudar suas visões de futuro. O segundo estudo, por sua vez, pretendeu abordar os aspectos cotidianos e de sociabilidade que caracterizam as transformações de vida ocorridas com as mulheres a partir de suas mudanças para empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Juiz de Fora/MG.

O artigo se estrutura a partir destas pesquisas em que o método dos itinerários é trabalhado de forma experimental, considerando as particularidades de suas adaptações e resultados. Nesta reflexão, assumimos três elementos estruturantes: a cidade como lugar de disputas e desigualdades; o papel dos programas sociais na redução dessas assimetrias e promoção de acesso ao direito à cidade; e a potencialidade da pesquisa etnográfica para a compreensão dos fenômenos e relações dos indivíduos com o espaço urbano. Com base nas possibilidades oportunizadas pelo método dos itinerários nos diferentes contextos trabalhados, as duas pesquisas são articuladas para o desenvolvimento das análises e discussões sobre os efeitos provocados na vida das pessoas acompanhadas em sua relação com a cidade, a partir de sua vinculação ao JPP e ao MCMV.

As duas pesquisas que se cruzam

A primeira pesquisa¹ que colocamos em cena se deu no município de Campos dos Goytacazes, localizado na Região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Análises de alguns dados iniciais apontaram o elevado número de jovens residentes na área urbana do referido município, o que justifica a necessidade de projetos sociais. A faixa etária de 15 a 17 anos, o nível de escolaridade de ensino médio completo e incompleto, o local de moradia e os conflitos existentes na escola, na comunidade e no ambiente familiar desses jovens revelam a premência de implementação e ampliação das políticas públicas de juventude. É nesse contexto do município que surgiu o programa JPP, baseado nas diretrizes do plano “Juventude Viva” (2012) e em consonância com os direitos recomendados através do Estatuto da Juventude (2013).

O segundo estudo apresentado deriva-se de uma pesquisa² realizada em Juiz de Fora, que objetivou analisar os efeitos da implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida para suas moradoras. Caracterizado como polo regional e com taxa de urbanização de 99,17% (Prefeitura de Juiz de Fora, 2006), este município acompanhou características da expansão urbana em salto, ampliando-se, nas décadas de 1960-1970, em direção às suas regiões mais afastadas (Cassab & Pinto, 2014), que hoje abrigam residenciais do programa que colocamos em debate. Destacado por vários autores³ também pela baixa qualidade dos projetos urbanísticos e descompasso do programa arquitetônico às demandas dos usuários, o programa MCMV estabeleceu prioridade de sorteio às “mulheres responsáveis pela unidade familiar” (Brasil, 2009) e determinou sua preferência no registro das casas — definições que traçaram com clareza o perfil dos residenciais.

¹ Pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), tese de doutorado intitulada “Um projeto social e suas práticas juvenis: sociabilidades, trajetórias de vida e itinerários de jovens de periferias”, defendida em abril 2019.

² Pesquisa realizada no âmbito da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), monografia intitulada “Território, mulheres e narrativas: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora sob a perspectiva de gênero”, defendida em dezembro de 2019.

³ Ver Amore *et al.* (2015); Royer (2021).

Cartografia da ação com jovens

A pesquisa com jovens inseridos no programa JPP desenvolveu-se em três etapas. A primeira, através de entrevistas semiestruturadas, a segunda, com o método dos itinerários e a terceira, a elaboração de cartografias sociais com alguns entrevistados a fim de restituir e interpretar os itinerários.

Com o objetivo de aprofundar a experiência do itinerário e sua restituição para o leitor, será apresentada aqui, uma cartografia⁴ representativa, que foi realizada com a entrevistada Cassiane⁵, uma jovem de 20 anos de idade, residente, com sua mãe, pai, mais três irmãos e a sua filha, de três anos, desde a inauguração, em um dos prédios do conjunto habitacional Matadouro, conhecido popularmente como “Portelinha”.

A jovem propôs um percurso de acompanhamento em trajetos cotidianos, onde tivemos a experiência de caminhar pelas vielas e becos da “Portelinha” e pela favela Matadouro. É de se considerar que o tempo e as experiências com o lugar foram fatores importantes no processo de criação de laços entre ela e as pessoas que residem ali e no entorno.

A cartografia possui quatro imagens (Figura 1) selecionadas, que marcaram as “paradas” durante o itinerário.

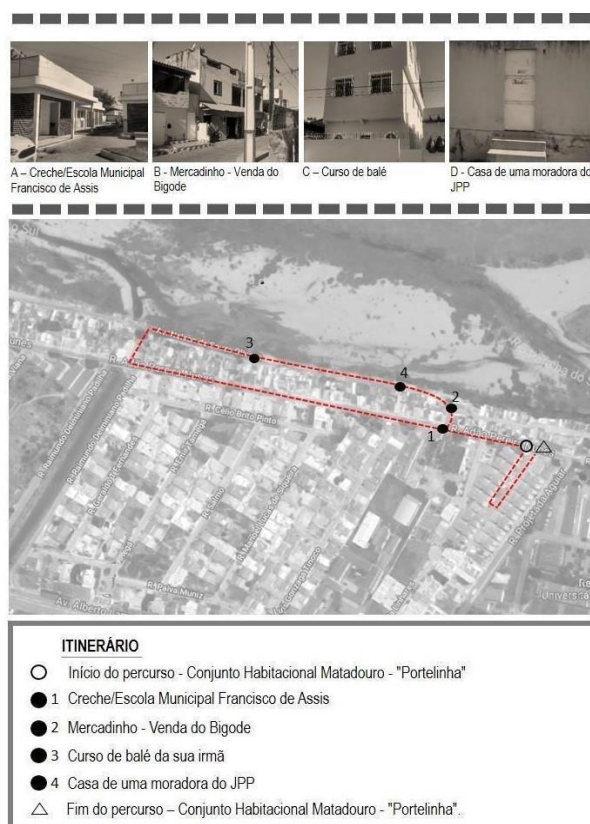


Figura 1 – Cartografia do itinerário com Cassiane. Fonte: Farias, L. C. (2019).

⁴ Ainda que seja descrito somente o itinerário de uma entrevistada e sua particularidade, as questões que envolvem sua vida se aproximam com as experiências e o cotidiano de outras jovens.

⁵ São citados os verdadeiros nomes dos interlocutores das pesquisas, os quais autorizaram sua menção.

A prática de uma etnografia dos usos dos espaços públicos frequentados pelos jovens teve como finalidade levantar o máximo de informação sobre as suas relações com o bairro e com as ruas por onde caminham, portanto o que foi feito com os jovens da Portelinha foi um exercício etnográfico. A etnografia que é realizada por meio da observação e descrição das práticas, relações, situações e representações da vida cotidiana, busca aqui não apenas mostrar algumas formas por intermédio das quais os jovens se relacionam entre si e com a cidade, mas também permite pensar, de uma maneira geral, como os diferentes atores sociais se apresentam no espaço urbano (Magnani, 2003).

Os trajetos de Cassiane, evidenciados no itinerário realizado, permitem também identificar o uso da categoria *pedaço*, proposta por Magnani (1998, 2003) no contexto do bairro que tem como referência sua moradia e sua vizinhança. A jovem é cercada por vizinhos, pela família e amigos. A “Portelinha” é o seu *pedaço*, sendo que ali e em seu entorno tudo acontece. Seu cotidiano é marcado por incertezas, insegurança, violência, mas também por idas à creche de sua filha, ao mercadinho, ao jiu-jitsu, à casa de seus amigos e vizinhos, e algumas vezes a bailes *funk*. Todos têm seus próprios *circuitos*, mas circulam – com os devidos cuidados – por locais de outros grupos. São *trajetos* conhecidos, podendo até haver algum conflito em razão da presença não desejada ou inoportuna nos *pedaços* de outros (Magnani, 2010). *Circuitos, trajetos e pedaços* (Magnani, 2007) constituem distintas modulações de uso e desfrute do espaço público. Cada um desses arranjos corresponde a uma forma específica de se expor, estabelecer laços, marcar diferenças, fazer escolhas, colocar-se, enfim, na paisagem urbana diante dos outros e em relação a eles.

O enfrentamento da violência narrada pelos jovens exige a criação de mecanismos que ampliem o tempo e os espaços sociais de seus moradores, que permitam o reconhecimento da cidade como o lugar do encontro das diferenças. Os jovens, em diferentes realidades, formam constantes redes sociais, marcadas pela produção de práticas inovadoras de sociabilidade. Em uma ordem urbana marcada pela segregação, os jovens estão cada vez mais buscando novos espaços, isto é, o alcance de outras “regiões morais”. Com isso, o programa JPP favorece esse deslocamento, essa ampliação de perspectiva, seja por meio de cultura, música, dança, teatro, manifestações etc., ou na busca pela democratização da educação como cursos pré-vestibulares comunitários, eles conquistam novas redes.

Os trajetos de moradia, de estudo e de trabalho se misturam e revelam fronteiras de diferenciação no mesmo lugar chamado favela, centro ou bairro do distrito de Campos dos Goytacazes (Reginensi, 2017).

Eu vim pra cá (“Portelinha”) já tem oito anos, eu morava na Tira Gosto antes, mas aí minha casa era considerada de alto risco, com isso a prefeitura tirou a gente de lá, no caso, ganhamos essa daqui, onde moro hoje. Porque naquela época tinha muito mais chuva e alagava tudo. Eles que deram e foi aleatoriamente, não escolhemos nosso apartamento. Na época pensamos que iríamos escolher, mas nem foi. Foi, na verdade, tudo uma zona (Cassiane, 20 anos) (Farias, 2019).

A partir das entrevistas e dos itinerários foi possível entender que o lugar é carente de políticas públicas, assim como tantas outras favelas, marcadas pelo abandono dos poderes públicos com relação a políticas de intervenção e/ou urbanização, acarretando poucas estratégias de inserção por parte do Estado. Se, por um lado, as favelas foram sendo cada vez menos percebidas como problema eminentemente sanitário ou moral, por outro, passaram a aparecer com frequência na

mídia associadas à violência e à criminalidade (Valladares, 2005). São apreendidas como espaços destituídos de infraestrutura urbana, presentes em diferentes sítios geográficos, dotadas de distintas formas de habitação, diferentes níveis de violência e presença ineficiente do poder público (Soares, 2013).

Também foi percebido certo acanhamento por parte dos entrevistados em mostrar o lugar onde residem, criando justificativas para mudar o local do encontro inicial, como, por exemplo, indicando os locais onde trabalham e estudam como sendo de acesso mais fácil. Alguns descreveram como é a sua casa, a rua e a dificuldade de não ter por perto um ponto de ônibus.

De ruim, tem o ônibus circular que não passa mais aqui dentro já vai fazer uns dois anos. Isso é horrível aqui pra gente. Os moradores precisam ir para a Avenida Alberto Lamego ou para a Avenida 7 para pegar um transporte público e tem a violência também. Aqui é bem tranquilo em relação às outras comunidades, os vizinhos são tranquilos e as amizades também. Cada um na sua casa e ninguém incomoda ninguém. Fiz muitos amigos quando vim pra cá (Portelinha) (Cassiane, 20 anos) (Farias, 2019).

Conforme os relatos dos jovens, a residência de vários se localizava em lugar perigoso, próximo ao tráfico de drogas e, para alguns, a “faixa de gaza”, que é o lugar central da disputa do tráfico, com violência e tiroteios.

Eu até gosto de morar aqui (Portelinha), o único problema é correr risco de vida, por causa do tráfico de drogas, e de vez em quando acontece de outra facção querer entrar aqui. É só de vez em quando, mas eles não avisam, é tudo de surpresa mesmo, pode ser a qualquer momento. O último que teve aconteceu uma e pouca da tarde. Estávamos eu, minha filha e minha irmã. Fomos para um quarto deitamos e esperamos acabar tudo. Muita confusão como sempre, muito 'bate boca' e tiros, mas dessa vez ninguém morreu (Cassiane, 20 anos) (Farias, 2019).

Com isso, os lugares próximos ao trabalho, igreja e curso seriam “mais seguros” para a realização do itinerário, segundo os jovens. Ao relacionar a insegurança com as relações cotidianas da vivência dos indivíduos abordados, buscamos encontrar ligações com a pertença ao bairro e seus lugares, como também com a cidade. Encaram o medo como componente que pode provocar paralisia de certas ações sociais, mas também como um elemento que, ao provocar essas coações, está, por outro lado, impulsionando novas ações, novas formas de se comportar e novos hábitos culturais (Campos, 2008).

Pode-se ressaltar principalmente que a cidade é vista por estes jovens como um espaço de sociabilidade, no entanto, eles não possuem uma livre circulação por conta das facções. Neste caso, quando se trata da violência envolvida nas práticas dos traficantes, com as quais os moradores são obrigados a compartilhar o mesmo território, há relatos de tentativas (bem e malsucedidas) de redução da imprevisibilidade do fluxo da vida local (Machado da Silva & Leite, 2007).

Caminhando com mulheres e filmando

No estudo com mulheres do programa MCMV, a metodologia para o trabalho de campo partiu da utilização da “hermenêutica do cotidiano” (Dias, 1994, pp. 374), esta que, por meio dos focos narrativos, historiciza aspectos concretos do cotidiano e compreende o sujeito por meio da experiência

vivida, possibilitando novas formas de apreensão da subjetividade feminina. Essa proposta alinha-se à teoria do perspectivismo (Dias, 1994) na medida em que não hierarquiza conhecimentos, propondo o entendimento de que a perspectiva é alterável, cabendo toda percepção e pensamento.

Foi, então, com propósito documental e perspectivista, que foram trabalhadas entrevistas semiestruturadas, cartografias de esboço⁶ (Acselrad & Coli, 2008) e método dos itinerários, esse último, o objeto deste artigo.

O método dos itinerários foi proposto a todas as moradoras após a entrevista, sendo, a partir da demonstração de interesse e disponibilidade de compartilhar tal jornada, aplicado com três chefes de família de diferentes residenciais do município. Optou-se, como descrito anteriormente, pelo recurso audiovisual para a restituição dos itinerários realizados. O documentário⁷ produzido, então, apresenta a vivência de mulheres no MCMV em Juiz de Fora. Cabe evidenciar que para todas as entrevistadas os itinerários se deram durante as rotinas cotidianas realizadas por essas mulheres, com a presença da pesquisadora no acompanhamento, o que proporcionou diferentes percepções.

Os itinerários realizados foram marcados pela passagem pelo residencial, seja como ponto de partida ou conclusão da jornada. Dois dos itinerários incorporaram deslocamento com a utilização de transporte público, e o terceiro, em quase sua totalidade, foi realizado em transporte individual. A decupagem de todo material e a seleção das falas por tema proporcionou, para além do diálogo abordado na jornada, a contextualização das histórias narradas.

De forma geral, o que se percebeu na experiência dos itinerários realizados foi um deslocamento demasiadamente controlado pela disponibilidade local de transporte público, mobilidade condicionada às rotas pré-estabelecidas dos ônibus, que altera sensivelmente a dinâmica feminina na cidade, fazendo com que seus percursos se distanciem da objetividade, sendo mais longos, tortuosos e entrecortados. Dadas as grandes distâncias entre suas moradias e os centros comerciais e de serviços, o transporte coletivo é tão acionado e necessário quanto o deslocamento a pé, distanciando-se da liberdade que o segundo proporciona.

A mobilidade, planejada independente das condicionantes de gênero, para a objetividade e uma dita lógica de distribuição centro-periferia, exclui as demandas e as necessidades que, historicamente, foram atribuídas às mulheres. O tempo, nesse sentido, passa a ser um elemento determinante para a execução de suas atividades, uma vez que estão sujeitas a duas ou três linhas de ônibus, e suas imprevisibilidades, para chegarem ao trabalho, à escola dos filhos, aos serviços de saúde ou ao comércio.

Quando em caminhada, são fatores como o horário, o fluxo de pedestres e a iluminação nas ruas, por vezes subjetivos para as moradoras, que determinam os percursos a serem tomados. Essas condicionantes, aliadas às categorias sociais, a exemplo da raça e da classe social, vão determinar os espaços que essas mulheres pertencem ou são permitidas a percorrer. Ao perpassar esses mundos distintos de suas origens, nota-se o desconforto, a falta de apreensão e vivência desses espaços.

Assim, com a finalidade de trazer maior profundidade para a experiência do itinerário e sua restituição, será apresentado, aqui, um único trajeto. Ainda que abordado apenas o percurso de uma

⁶ Neste método “esboça-se um mapa com base na observação ou memória. Não conta com medidas exatas, tais como escala consistente ou referências geográficas” (Acselrad & Coli, 2008, pp. 21). Procurou-se, com a análise dos esboços, a identificação de áreas de pertencimento, insegurança e o mapeamento dos percursos na cidade.

⁷ Ver: Magalhães, Amanda (2019). Território, Mulheres e Narrativas [Vídeo]. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W2r0Bq3mpXI&ab_channel=AmandaMagalhaes. Acesso em: 14 jul. 2020.

moradora e sua particularidade, as questões que envolvem sua vida se costuram, de forma similar, com as experiências e o cotidiano de outras mulheres.

A análise que se segue parte de uma seleção das principais cenas do filme, junto do recorte das narrativas correspondentes a cada *frame*. Apresentamos alguns fragmentos do documentário, atendo-nos à experiência de Priscila, aos principais temas que surgem de seu percurso, as imagens da cidade e os significados dessas sobreposições.



Eu não vinha pra cá. A Valquíria veio. Como eu **tenho duas meninas**, elas ficavam na creche. Depois a Tainá saiu da creche e tinha que ir pra escola, só que eu **trabalhava o dia todo. Ia ficar com quem?** Então matriculei a Tainá na escola próxima à casa da Valquíria. A princípio eu vim morar na casa da Valquíria.

Eu pedi à minha patroa para mudar meu horário. Ai eu tinha tempo de deixar uma na creche, trazer a outra aqui, pra estudar a tarde. Quando as meninas eram pequenas era muito corrido. As duas na creche, as duas mochilas, duas sombrinhas, minha bolsa, ônibus lotado.



E creche particular, com o salário que a gente ganha, não tem condições. Então eu vim pra cá, porque aqui a Valquíria olha as meninas e eu posso trabalhar tranquilo. A outra casa não é minha, não sou proprietária. É de uma amiga. Eu tomo conta da casa pra ela.

Aqui é muito diferente de tudo, de todos os lugares que a gente já morou. Lá no progresso a casa é do meu avô. E é distante, né, tem o muro, tem a cerca, eu conheço os vizinhos e tal. Aqui é muito próximo. No começo eu estranhei muito.

Se não fosse a Valquíria, não tinha como eu trabalhar e estudar. Agora elas estão em escolas diferentes. Eu tenho que sair daqui, pegar dois ônibus pra ir numa escola, pegar mais dois pra ir na outra. Se a gente tivesse escola mais próxima dentro do bairro ou transporte direto...



Eu acho que me sinto mais segura aqui do que fora. Eu faço faculdade no Granbery, a gente sai em turma, porque pedagogia é a maioria de mulheres. Quando a gente sai lá da Rua Sampaio pra vir pra Rio Branco, até quem vai pra Getúlio, a gente sai sempre em grupo, porque realmente a gente não tem segurança nenhuma.

Tem alguns lugares que a gente não passa. Eu já tive medo em alguns lugares, de ser mal recebida, de sofrer preconceito pelo fato de ser mulher, pelo fato de ser negra. Hoje não. Eu até sei que vai acontecer, mas eu vou. O lazer acaba ficando por último, né. Porque final de semana eu tô em casa, eu vou estudar, vou arrumar a casa.

Deixei muita coisa pra trás, uma vida inteira. O que me levou ao curso foi isso aqui, porque teve um tempo que eu fiquei desempregada e comecei a acompanhar a Valquíria. A gente ia pra mesa de conversa com advogado. A gente ficava muito inibida pra poder falar. Ai eu resolvi voltar a estudar.



Hoje a maioria do chefe de família é a mulher. Uma pretensão nossa aqui dentro, além da biblioteca, é ter alguma coisa que gere renda para as mulheres. Porque a gente sabe que a maioria de violência também é a mulher que depende daquele salário mínimo do marido e acaba apanhando dele pra sustentar os filhos ou acaba passando dificuldade financeira, porque não tem renda nenhuma, porque não tem com quem deixar.

Eu acho que é até um sonho, uma utopia. Já pensou a gente ter aqui dentro um espaço que as mães possam deixar seus filhos e sair pra trabalhar ou possa deixar os filhos e trabalhar, fazer sua renda dentro de casa. Eu acho que isso deveria ser uma realidade, sei lá, nacional, pra todo mundo. É um desejo nosso.

Como eu me enxergo no futuro, além de formada, né, trabalhando, estabilidade financeira, que todo mundo quer... e dar uma organizada aqui. Assim, eu sei que nós não vamos conseguir sozinhas, mas a gente tenta e luta o tempo todo por essa mobilização. Mas eu acho que a gente consegue, sim, com trabalhinho de formiguinha, no futuro a gente consegue alguma coisa.

Figura 2 – Itinerário com Priscila. Fonte: elaborada pelas autoras com base em Magalhães (2019).

Realizado em dois momentos, o itinerário da moradora do Residencial Vivendas Belo Vale compreendeu sua saída do estágio (Centro), às 18 horas, em direção à sua faculdade; jornada que foi retomada às 22 horas para retorno ao residencial (Zona Sul).

A história narrada por Priscila permite, inicialmente, entender o motivo pelo qual passa a morar em um dos residenciais do Programa, relato que é apresentado junto das imagens do centro da cidade, do ritmo acelerado das pessoas no final do horário comercial e do trânsito nas avenidas. As razões que a fazem mudar de residência caracterizam não somente sua trajetória, mas reafirmam um indicador social comum entre muitas beneficiárias e outras moradoras de residenciais do MCMV, a monoparentalidade feminina. Aos 33 anos, Priscila narra as dificuldades de uma mulher negra, mãe solo, ao gerenciar as tarefas domésticas, o cuidado das filhas, a manutenção do trabalho remunerado e o estudo. Os deslocamentos, seus custos e a mobilidade na cidade entram em pauta. Suas tarefas cotidianas, nesse contexto, são cumpridas em razão de uma rede de apoio que compartilha o cuidado e o trabalho materno.

Ainda que sua mudança para o residencial tenha sido motivada pelo apoio e abrigo familiar, na figura de sua tia, a experiência dessa moradora se distingue das demais, porque não foi sorteada, tendo, após algum tempo, alugado a casa de uma amiga no residencial – um desvio às regras do programa. Sua adaptação foi facilitada, diferentemente das demais mulheres que vieram por sorteio, pois já encontrou uma rede estabelecida de apoio, dando seguimento à tecitura e fortalecimento dos laços locais.

Durante o diálogo, algumas memórias são trazidas para o momento e a moradora apresenta como era sua antiga moradia, as relações que eram estabelecidas entre a vizinhança, a espacialidade de seu antigo bairro; compara aos atuais vínculos e as mudanças necessárias. Ao contrapor esses lugares, demandas por equipamentos de ensino e mobilidade são manifestadas mais objetivamente.

No percurso noturno, Priscila fala sobre a insegurança no espaço público, o receio de caminhar sozinha ao sair da faculdade até chegar ao ponto de ônibus. Retoma questões sobre sua raça e classe social, a privação de espaços, o medo e o enfrentamento.

Recebe ênfase nas falas de Priscila o abandono dos laços para a constituição de um novo lar, rompimento que, para a moradora, foi força impulsionadora para a retomada dos estudos, a liderança comunitária e a busca pela coletividade na transformação do residencial.

A inserção na rotina das moradoras e o compartilhamento da jornada por caminhos tão presentes e simbólicos na vida dessas mulheres permitiu a constatação do significado da casa e da sua titularidade, que assume, no contexto de vulnerabilidade, posição fundamental na sociabilidade e nos arranjos de proteção. Porém, foi inegável que o ônus da implementação do programa recaiu de forma intensa às chefes de família acompanhadas por essa pesquisa, encarregadas do cuidado familiar, do trabalho produtivo para administração das novas despesas e dos longos percursos para equacionamento de todas essas atividades, exigindo das mesmas um desdobramento excessivo e a coletivização das responsabilidades.

Observações metodológicas

O método dos Itinerários

Proposto por Petiteau e Renoux (2017, p. 3) o método dos itinerários baseia-se na experiência de “acompanhar uma pessoa que nos guia por seu corpo e palavra por um território que ele inventa e

constrói pela encenação de sua história”. O procedimento metodológico inicia-se com uma entrevista na qual se solicita ao entrevistado que associe o tema da pesquisa a questões da sua história de vida, da sua trajetória residencial e profissional. Sugere-se que sejam elaboradas perguntas relativas ao modo como ele se representa no bairro, na cidade, nos seus espaços de lazer e na frequência e participação na vida da cidade.

No método dos itinerários o espaço a ser analisado é dinâmico, sendo a leitura do espaço público indissociável do conceito de percurso. Porém, “o percurso não é somente um ritual de mobilidade, ele coloca várias narrativas como referência a um território” (Reginensi, 2019, pp. 123-124). Conforme Petiteau e Renoux (2017, pp. 22), é o discurso oral que se abre, podendo ser reconhecido, transcrito e relido posteriormente. Os autores destacam a contribuição de Paulo Freire para idealização do método, entendendo-o como uma construção de um processo de trocas, delineando o caminho a ser percorrido: “a primeira experiência em que a história me provocou uma emoção, ao ponto de ser um marco na minha trajetória profissional, foi a transmissão, por Paulo Freire, responsável pela alfabetização na região nordeste do Brasil” (ibid., pp. 115).

O pesquisador acompanha e ouve a pessoa, gravando a conversa para facilitar a posterior análise e deixando-o totalmente disponível para ouvir e seguir seu guia. Um fotógrafo deve acompanhar o percurso de forma a registrar e imortalizar os tempos de parada, as variações de movimentos, expressões e/ou emoções perceptíveis, ou mesmo os objetos mencionados, as cenas e o ambiente, e outras coisas que ele considera útil e necessário para o itinerário. Ao caminhar, o pesquisador, junto ao entrevistado, vivencia o espaço ou o território da cidade daquele sujeito, captando-o a partir de sua perspectiva.

A Figura 3 apresenta um esquema simplificado das etapas envolvidas no procedimento de pesquisa com base no método dos itinerários e suas adaptações.

O processo de pesquisa utilizando o método dos itinerários e adaptações

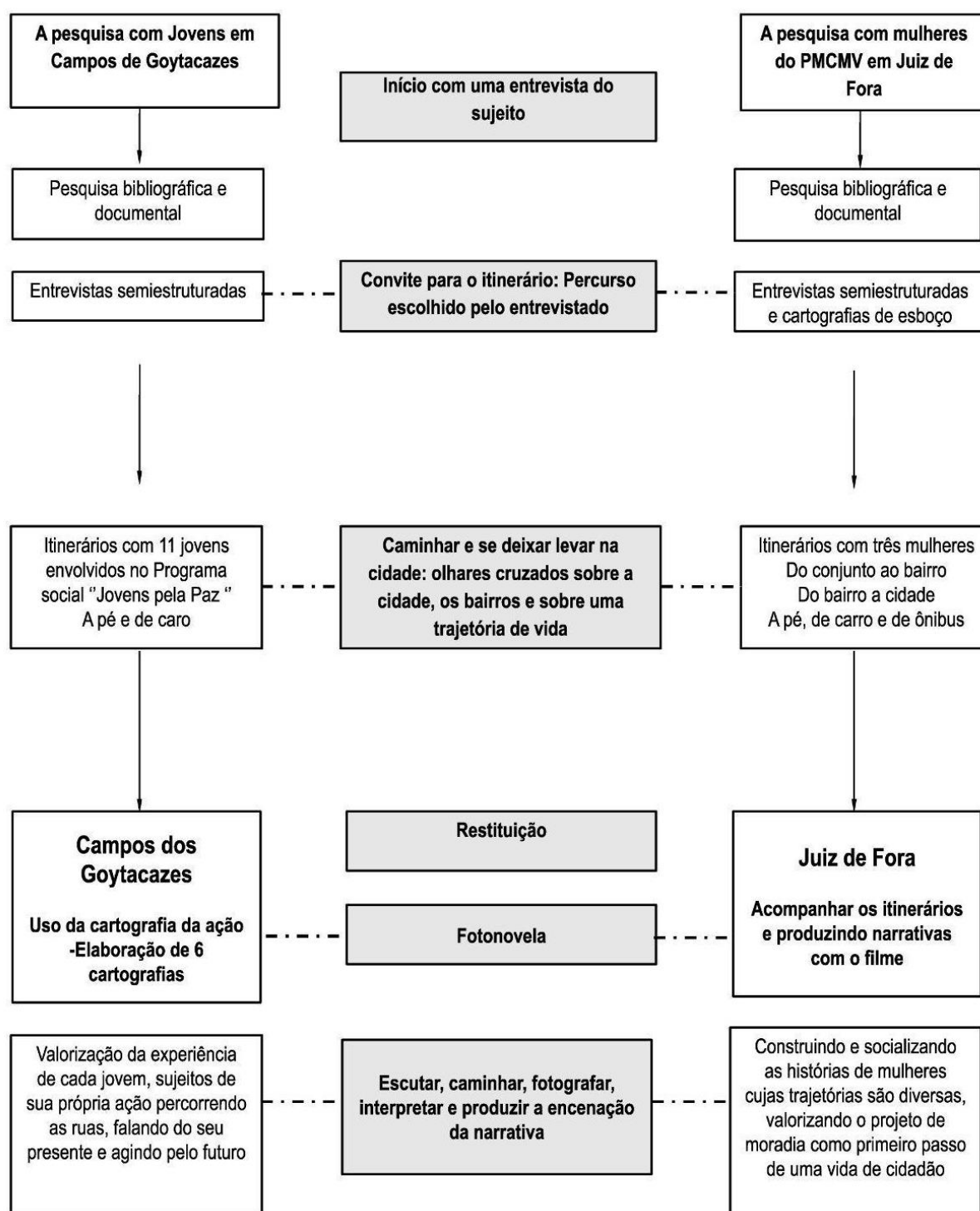


Figura 3 – O processo de pesquisa com o método dos itinerários. Fonte: As autoras (2022).

As formas de restituição e suas adaptações

O formato de restituição proposto por Petiteau e Pasquier (2001) assume a forma de uma fotonovela, na qual a palavra exata do entrevistado é cronologicamente entrecortada em articulação com cada fotografia, ou seja, uma foto/um texto. O uso do registro fotográfico como método, de acordo com Borges & Linhares (2008), possibilita manter vivo o instante passado e captura, assim, a história, viabilizando uma interpretação e análise contextualizada daquele episódio.

Nas pesquisas que apresentamos, a partir do referencial adotado, realizamos restituições que incorporam outros recursos integrados na metodologia para esta etapa do procedimento. Tais adequações se deram em razão de uma busca por enriquecimento das possibilidades de análise e interpretação do método, em função das especificidades de cada pesquisa.

A pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes, somando aos registros fotográficos feitos pelos jovens, amparou-se por cartografias⁸, obtidas por meio do mapeamento de trajetos dos jovens que participaram do projeto social JPP. Para cada cartografia, quatro fotografias foram selecionadas, a fim de mostrar e identificar tal lugar como destaque para os interlocutores.

Neste caso, a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, lutas, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade (Filho & Teti, 2013). Refere-se, sobretudo, às formas de protestos, reivindicações, vínculos sociais que acabam por desenhar novas configurações espaciais e sociais, representações espaciais de trajetos vividos e experimentados, que acontecem, especialmente, nos contextos periféricos metropolitanos, de espaços carentes de bens culturais e de formas de expressão da juventude, atravessada pelas dúvidas, incerteza de trabalho, de futuro, de sociabilidades (Ribeiro, 2011).

A pesquisa realizada em Juiz de Fora, por sua parte, utilizou-se do recurso audiovisual para reconstituir os itinerários realizados. Na forma de um documentário, o material pretendeu oferecer uma representação mais próxima da experiência da jornada, aproximando-o do momento em que o percurso foi realizado, na sua dinamicidade e na cronologia em que as atividades cotidianas das mulheres são retratadas.

Esse tipo de narrativa não ficcional é caracterizado por Nichols (2010) como documentário de representação social, o qual expressa a realidade tal como é, foi ou virá a ser, proporcionando novas perspectivas de um mundo comum para que sejam exploradas e compreendidas.

Apresentando, para além dos diálogos capturados nesse momento, as falas proferidas durante a entrevista, entende-se que o material produzido adequa-se aos modos observativo e participativo de representação (Nichols, 2010), esses que são subgêneros do documentário propriamente dito, uma vez que pretende retomar o instante da experiência e sua duração real para aproximar o espectador da experiência e sensação de estar em uma determinada situação, enquanto apresenta o diálogo e uma interação negociada.

Assim como a cartografia, o documentário tem a dimensão política como elemento de destaque ao exprimir relações sociais, alianças e afinidades entre grupos, suas dinâmicas, suas culturas e seus movimentos. Nesse sentido, vislumbrando contemplar essas nuances na restituição dos itinerários das moradoras do programa MCMV, os percursos foram realizados com a presença de

⁸ A escolha da cartografia, na parte devolutiva da pesquisa, torna-se colaborativa. Foi solicitado a uma arquiteta a elaboração dos mapas oriundos dos itinerários de jovens.

duas colaboradoras, as quais se juntaram à pesquisadora e à moradora durante o trajeto, fotografando e registrando a jornada na forma de vídeo.

Os programas sociais e o acesso à cidade

Os programas sociais governamentais visam efetivar ou facilitar o acesso a determinados direitos aos cidadãos, sendo consenso, assim como destacado por Novaes (2003), a sua potencialidade para a redução da vulnerabilidade. Entretanto, em muitos casos, tais programas demonstram-se insuficientes, tanto por aspectos quantitativos ou qualitativos, assim como, por frequentemente serem concentrados em uma determinada política setorial (abordagem restrita e não interseccional), não atentando para impactos que sua implantação possa causar em outros aspectos da vida dos sujeitos contemplados. É o caso, por exemplo, do Programa Minha Casa, Minha Vida, que visa atender uma demanda habitacional, mas que provocou significativos impactos na vida dos beneficiários, como já foi amplamente discutido na bibliografia (Amore *et al.*, 2015; Royer, 2021). Portanto, embora se concorde com a relevância das políticas públicas de inserção social, entende-se que mereçam atenção no sentido de uma maior efetividade, para que possam atender todos os sujeitos que delas necessitam, com qualidade, oferecendo-lhes condições de vida melhores, com maiores oportunidades (Cortes *et al.*, 2016). E estudar os impactos adversos resultantes dos programas sociais permite contribuir para seu avanço.

A cidade, este local onde cerca da metade da população mundial escolheu viver, onde se concentram as oportunidades de trocas, de mercado, e se acumulam os conhecimentos e os capitais é, ao mesmo tempo, um lugar de disputas e de desigualdades. A cidade é palco das mais diversas manifestações da vida urbana, onde se projeta uma estrutura social heterogênea. A “vida urbana”, conforme descrito por Lefebvre (2001), envolve encontros, confrontos de diferenças (de diversas naturezas), nos modos e “padrões” de viver (Lefebvre, 2001, pp. 22), estabelecendo condições de acesso desigual às suas estruturas e comodidades.

Park e Burgess (1921 *apud* Eufrásio, 2013) apontam que os homens e as instituições, em um dado território, integram um corpo “subsociedade” em que figuram processos competitivos, através dos quais, cada indivíduo encontra uma posição (social e espacial) onde desempenha um determinado papel. A competição é, segundo tais autores, um processo natural, sendo uma “forma elementar, universal e fundamental” de interação humana no espaço da cidade. Trata-se de um processo que envolve conflito e “luta por posição numa ordem econômica” e que determina a “distribuição e segregação por residência e ocupação” dos indivíduos no território (Burgess, 1924 *apud* Eufrásio, 2013, *passim*).

Na mesma temática, Agier (2006 *apud* Agier, 2011) acrescenta que o contexto relacional produzido nas cidades vai além da justaposição de culturas, sendo necessário observar e relacionar as situações de interações nos seus respectivos contextos. O autor reflete sobre a cidade a partir de uma perspectiva antropológica, com o entendimento de que a cidade é “feita de lugares, situações e movimentos integrando, na sua complexidade, a vertente cultural bem na interseção das várias dimensões que a constituem: espacial, relacional, reticular, situacional”. A proposta de Agier é de “[...] ver a cidade como vive, olhando-a ‘por cima dos ombros’ dos cidadãos [...]” (Agier, 2011, pp. 23).

Neste território urbano desigual e segregado, urge a necessidade de efetivação do direito igualitário e emancipatório, pautado no pressuposto de uma justiça social, de usufruição plena da

cidade por todos os cidadãos. Tal direito, nomeado inicialmente por Lefebvre em 1969 (Tavolari, 2016) com o termo de “direito à cidade”, seria uma expressão superior dos direitos (Lefebvre, 2001, pp. 134), que traduziria o atendimento do grande espectro das necessidades humanas objetivas e subjetivas, sendo então assumido de maneira cada vez mais abrangente, com uma diversidade de conceituações e dimensões, tanto na academia como pelos movimentos sociais (Tavolari, 2016).

Um ponto comum em todos os textos, sejam eles de intervenção ou acadêmicos, é a afirmação de que o direito à cidade não se restringe a reivindicações imediatas dos movimentos por direitos ou serviços urbanos específicos - ele seria o conjunto dessas demandas, apontaria para outras noções como as de democracia, cidadania e autonomia, seria elemento constitutivo da formação de uma consciência ou experiência compartilhada pelos movimentos sociais (Tavolari, 2016, pp. 102).

A efetivação do direito à cidade, tanto no que tange suas estruturas e comodidades, mas também em seus valores subjetivos e concretização da cidadania, está ainda longe de ser efetivo a parcelas significativas da sociedade. Os sujeitos — políticos, sociais e individuais — que estão na base da pirâmide socioeconômica, menos privilegiada, historicamente convivem com seus direitos de acesso à cidade cerceados, quer seja pela necessidade de dedicação às atividades de subsistência, quer seja pela situação de segregação socioespacial que os alijam de vivenciar as oportunidades que estão à disposição da população nas áreas mais valorizadas do espaço urbano.

Uma ordem urbanística e demais normas urbano-ambientais, segundo as quais as cidades devem ser geridas, amparadas pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), constituem o quadro legal a partir do qual, em teoria, se pode buscar a proteção dos direitos fundamentais no espaço urbano.

A partir deste entendimento, buscamos instrumentos metodológicos que favorecem a aproximação às perspectivas dos sujeitos em suas novas relações com a cidade após terem sido inseridos no contexto de determinados programas sociais. Estas experiências nos permitiram refletir sobre potencialidades, desafios para que tais programas possam, de fato, representar contribuições para a efetivação do direito à cidade.

Considerações finais: encruzilhadas

Permanentemente, buscando desvendar os sujeitos de nossas pesquisas, nos encontramos em uma encruzilhada nos dois sentidos da palavra: os encontros aconteceram no cruzamento de uma rua, quer seja na cidade de Campos dos Goytacazes ou de Juiz de Fora, onde os sujeitos nos esperavam para se prestar à experiência da entrevista e do itinerário. E sempre, ou quase sempre, os protagonistas das pesquisas e os próprios pesquisadores se encontraram em um ponto crítico de tomada de decisão, outra encruzilhada. O jovem pesquisador propunha a jornada de itinerário, o pesquisado aceitava ou não. E, quando o encontro era marcado, como seria o itinerário? E, quando o itinerário se realizava, como articular essa narrativa do “outro” com a percepção do território percorrido juntos na cidade?

Avançando pelas encruzilhadas adentramos na micro perspectiva social presente nos territórios analisados e, a partir deste ponto de vista e diálogos, pudemos compreender questões que se colocam na escala da cidade e da sociedade urbana. O método dos itinerários, ao colocar o

pesquisador lado a lado com os sujeitos e contextos que se pretendia compreender, através dos movimentos, lugares vivenciados e situações, desvendou a realidade vivida no cotidiano destes indivíduos que foram alçados por programas sociais governamentais. Aceitar que o entrevistado se tornasse o guia permitiu abordar o território de um outro por meio da sua palavra, sendo a leitura do território revelada pelo fio condutor da sua história. O verdadeiro deslocamento, nos dois casos, consistiu em abandonar o que seria uma leitura particular e aceitar o imprevisível, através da retórica do outro. Finalmente, o método, antes de ser o local de coleta de informações, demonstrou-se como um dispositivo de valorização e reconhecimento das pessoas em interação.

A experiência de ouvir os jovens de periferia participantes do programa Jovens pela Paz, através do método dos itinerários, não aconteceu sem dificuldades. Desencontros, itinerários remarcados e situações inesperadas ocorreram em alguns percursos, levando à observação que a aplicação do método se deu de uma forma desafiadora para ambos, pesquisadora e pesquisados. Com o andamento da conversa, o jovem, ao ser demandado a decidir sobre o local da partida para se iniciar o itinerário, na maioria dos casos, elegeu locais distintos ao de sua moradia, como o local de trabalho até o ponto de ônibus, por exemplo, o que demonstra sua insegurança, pois o cotidiano é marcado pelo medo constante de invasões da facção rival, situação que pode acontecer a qualquer dia e a qualquer momento.

Entretanto, conhecer as suas trajetórias, suas formas de compreensão e de apropriação e uso da cidade permitiu analisar a identificação dos jovens com os seus espaços e o destaque dado às ameaças de violência, o que levou à discussão sobre este fenômeno além e como um dos elementos que compõem seu universo social. Quando os jovens falaram de seus bairros, a maioria, mesmo afirmando que vivia feliz ali com sua família e amigos, referia-se reiteradamente aos problemas, à violência generalizada, ao tráfico de drogas, à falta de infraestrutura e de transportes, numa rotina com poucas alternativas.

Quanto à contribuição do programa social para estes sujeitos, no caso dos jovens inseridos no JPP, a maioria afirmou que antes da participação no projeto, não pensava sobre um bom trabalho e especialização, e muito menos em dar continuidade aos estudos. Também não tinham interesse em entender e estar atualizados em questões sobre cidadania, educação e política. Muitos declararam ter entrado no JPP vislumbrando a bolsa que receberiam e, também, por estarem procurando algo de diferente para fazer. Quanto aos projetos de futuro, pudemos observar que estes incorporaram em seu discurso o desejo de continuidade de estudos e com a busca de melhor inserção no mercado de trabalho.

Neste caso, foi possível perceber que o usufruto do direito à cidade, na amplitude de sua acepção, ainda é distante para estes sujeitos, e que a participação destes em programas sociais acaba por amenizar tal distanciamento, trazendo perspectivas e estímulo à luta por seus direitos. A trajetória nesses projetos proporcionou aos jovens um aporte maior de recursos, principalmente simbólicos, reconfigurando seu potencial, gerando alguns benefícios, sobretudo cidadania e pensamento crítico a partir da inserção em novas redes de sociabilidades, conforme foi possível observar nos depoimentos dos entrevistados da pesquisa.

Na experiência das mulheres inseridas no Programa Minha Casa, Minha Vida, os itinerários, por terem sido incorporados ao cotidiano e às atividades e compromissos diários das mulheres, estiveram sujeitos a alterações repentinas, como encruzilhadas. A imprevisibilidade, ainda que tenha ocultado os caminhos antes estabelecidos, possibilitou a exploração da realidade tal como é.

Nesse sentido, a utilização do documentário como forma de restituição se mostrou um recurso narrativo rico para a compreensão das trajetórias das interlocutoras e de um conjunto de obstáculos que caracterizam a vivência coletiva de mulheres em residenciais do MCMV em Juiz de Fora.

Distinto do proposto pelo método, segundo o qual o entrevistado comenta elementos do itinerário, a realização do instrumento, nesse caso, incorporou conversas que giravam em torno das experiências de vida, como se o percurso pela cidade nada estivesse a representar. A forma, então, encontrada de sobreposição das imagens da jornada às falas da entrevista, ainda que possa imprimir certa desorientação inicial aos espectadores, ao não reproduzir a sincronicidade dos eventos relatados aos apresentados, funcionou como elemento de contraste e captura de sensibilidade ao contrapor a realidade, momento da jornada, com discursos da ordem do desejo.

Transformar vídeos e áudios para a forma de um texto acadêmico só foi possível adaptando-o aos traços de uma fotonovela, com seus quadros e transcrições de narrativas, tal qual proposto por Petiteau e Pasquier (2001).

Avaliou-se, ao acompanhar moradoras de residenciais do MCMV, que o programa ampliou distâncias afetivas, representando um rompimento da história dessas mulheres. Como forma de adaptação e superação dos desafios impostos coletivamente, novas sociabilidades foram estabelecidas nesse processo; redes de apoio se tornaram fundamentais para o equacionamento das tarefas cotidianas e do cuidado dos filhos.

Ao escolherem se mudar, as beneficiárias entrevistadas passaram a carregar consigo, junto de sua raça e classe, o estigma de serem moradoras de conjuntos residenciais de um programa habitacional, marcado pela periferização, precariedade e violência. Como apontado por Park (1967), o espaço físico se configura como um reflexo da estrutura social de uma cidade, que produz divisões espaciais, valorativas e determina o pertencimento de cada grupo a uma zona, essa que será representativa de sua posição e prestígio social. A periferização desses sujeitos e, nesse caso, de mulheres, acentua o processo de marginalização desse grupo, dificultando sua superação.

Nesse sentido, ainda que se reconheça a importância da incorporação do recorte de gênero no MCMV — na priorização da moradia às mulheres chefes de família, no vislumbamento da transmissão de oportunidades e perspectivas de vida para os demais membros —, cabe ressaltar que essa inserção não vem sendo efetivada a partir de um olhar para a moradia em sua complexidade, desconsiderando as dinâmicas familiares e sua composição. Na ausência do Estado, evidencia-se a resiliência e a luta cotidiana das moradoras, que se apoiam em suas iguais para driblar a vulnerabilidade e as inseguranças sociais.

A partir das duas pesquisas apresentadas, embora se reconheça a relevância dos programas de inserção social, as análises dos seus efeitos sobre os indivíduos acompanhados permitiram observar potencialidades e riscos. A contribuição é significativa quando, no caso do programa JPP, promoveu novas perspectivas para as vidas de seus beneficiários. Entretanto, quando observados à luz do preceito de efetivação do direito à cidade, revelaram consequências e desdobramentos, que representam retrocessos, incorporando novos desafios para a fruição da vida urbana dessas pessoas. Ele se observou na experiência compartilhada com as mulheres beneficiárias do MCMV que, apesar de terem seu direito à moradia atendido, o acesso à cidade se coloca como barreira de múltiplas dimensões. O método dos itinerários demonstrou ser um precioso instrumento de pesquisa, revelador dos percursos e encruzilhadas vivenciadas pelos sujeitos participantes.

Declaração de disponibilidade de dados

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste artigo está disponível no SciELO DATA e pode ser acessado em <https://doi.org/10.48331/scielodata.MYPW1W>.

Referências

- Acselrad, H., & Coli, L. (2008). Disputas Cartográficas e Disputas Territoriais. In Acselrad, H. (Org.). *Cartografias Sociais e Território* (1ª ed., pp. 13-43). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- Agier, M. (2011). *Antropologia da cidade: Lugares, situações, movimentos*. Tradução Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Amore, C. S.; Shimbo, L. Z.; Rufino, M. B. C. (Org.). (2015). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Brasil (1988, 05 de outubro). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil (2001, 10 de julho). *Estatuto da Cidade*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Brasil (2009, 07 de julho). *Lei Federal n. 11.977, de 07 de julho de 2009*. Dispõe sobre Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Diário Oficial da União, Brasília.
- Borges, F. T., & Linhares, R. N. (2008). Imagem e Narrativa: a construção dialógica da fotografia na pesquisa qualitativa em ciências humanas. *Revista Educação em Questão*, 33(19), 128-149. Recuperado em 26 de março de 2022, de <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3930>.
- Campos, R. B. C. (2008). *Sociabilidade, Medo e Estigma no Contexto Urbano Contemporâneo: O Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa – PB* (Monografia). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Cassab, C., & Pinto, M. B. (2014). O lugar dos pobres na cidade de Juiz de Fora: o Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF. *Revista de Geografia*, 3(1), 1-7. Recuperado em 04 de junho de 2019, de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17925/0>
- Cortes, T. L., Siqueira A. M. M., & Mendes, J. T. N. (2016). A violência no município de Campos dos Goytacazes noticiada pela mídia impressa. In Anais do II Colóquio do NUGEA. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Recuperado em 26 de março de 2022, de <https://www2.ufjf.br/nugea/eventos/coloquio-do-nugea/anais/edicoes-anteriores/anais-do-ii-coloquio-do-nugea/>
- Dias, M. O. L. S. (1994). Novas Subjetividades Na Historiografia Feminista: Hermenêutica das Diferenças. *Revista de Estudos Feministas*. 2(2), 73-285. <https://doi.org/10.1590/%25x>

- Eufrasio, M. A. (2013) *Estrutura Urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)* (2a edição). São Paulo: Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP / Editora 34.
- Farias, L. C. (2019). Um projeto social e suas práticas juvenis: sociabilidades, trajetórias de vida e itinerários de jovens de periferias (Tese de doutorado). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.
- Filho, K. P., & Teti, M. M. A. (2013). Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, (38), 45-49. Recuperado em 26 de março de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&tlng=pt
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (5ª ed.). São Paulo: Centauro.
- Machado da Silva, L. A., & Leite, M. P. (2007) Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: Machado da Silva, L. A. (org.). *Vida sob cerco: violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Magalhães, A. (2019). *Território, mulheres e narrativas: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora sob a perspectiva de gênero* (Monografia). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Magnani, J. G. C. (1998). *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec.
- Magnani, J. G. C. (2003) Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. *Os Urbanitas: Revista Digital de Antropologia Urbana*, São Paulo, 1(0) ISSN: 1806-0528.
- Magnani, J. G. C. (2007) Introdução: circuitos de jovens. In: Guilherme, J., C. M. e Mantese, B. (org.). *Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Magnani, J. G. C. (2010) Os circuitos dos jovens urbanos. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX.
- Nichols, B. (2010). *Introdução ao Documentário* (5ª ed.). Campinas: Papirus.
- Novaes, R. (2003). Juventudes Cariocas: mediações e conflitos e encontros culturais. In Vianna. H. (Org.) *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais* (2ª ed., pp.117-158). Rio de Janeiro: Ed UERJ.
- Park, R. (1967). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In Velho, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Petiteau, J., & Pasquier, E. (2001). La méthode des itinéraires: récit et parcours. In: Grosjean, M., & Thibaud, J.-P. (Org.). *L'espace urbain en méthodes* (pp. 63-78). Marseille: Éditions Parenthèses.

- Petiteau, J., Renoux, B. (2017). *Dockers à Nantes. L'expérience des itinéraires*. ESAAA Editions/Ensa Nantes.
- Prefeitura de Juiz de Fora. (2006). *Atlas Social – Juiz de Fora: Diagnóstico*. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora.
- Reginensi, C. (2017) Como praticar etnografia nas margens e fronteiras das cidades? *Revista Ponto Urbe*, 20. doi: 10.4000/pontourbe.3381
- Reginensi, C. (2019). *A cidade como cenário de oportunidades*. Etnografia das margens (1ª ed.). Curitiba: Appris.
- Ribeiro, A. C. T. (2011). Cartografia da ação e a juventude na cidade: trajetórias de método. In Ribeiro, A. C. T., Campos, A. & Silva, C. A. (Org.). *Cartografia da sociedade: desafios das experiências urbanas* (1ª ed., pp. 31-42). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Royer, L. (Org.). (2021). *PMCMV+10: Caminhos para a política habitacional no Brasil*. São Paulo.
- Soares, A. S. (2013). A paisagem como objeto de políticas públicas – o caso das favelas cariocas. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, 7(1), 15-39. ISSN – 2237-1419.
- Tavolari, B. (2016). *Direito à cidade: uma trajetória conceitual*. Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP. Recuperado em 02 de setembro de 2022, de <https://www.researchgate.net/publication/306056929>
- Valladares, L. P. (Org.). (2018). *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Valladares, L. P. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.
- Vogel, A., & Mello, M. A. (2017). *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Eduff.

Editor responsável: Geisa Bugs

Recebido: 17 out. 2022

Aprovado: 17 jul. 2023